

A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redacção do questionário para inquérito sociológico

Albertino Gonçalves*

Resumo

O ofício de sociólogo requer a porfia do rigor num meandro de incertezas. Sem resguardo científico ou técnico para as aporias que o perseguem, cumpre ao sociólogo apostar, passo a passo, em soluções contingentes. Esta sina acompanha-o, inclusivamente, nas operações mais rotineiras, padronizadas e até validadas. São abordados neste artigo os casos da linguagem e da sequência das perguntas na redacção de um questionário para inquérito sociológico, cujos riscos e perversidades nem sempre se vislumbram e ainda menos se previnem.

Palavras-chave: inquérito, questionário, linguagem, sequência, incerteza, aporias, apostas

Prólogo: Um rio de incertezas

Saibamos, portanto, até onde podemos ir (...) Demasiado ruído ensurdece-nos, demasiada luz ofusca-nos, demasiada distância e demasiada proximidade impedem-nos de ver (...). Eis a nossa verdadeira condição. É o que nos torna incapazes de saber com certeza e de ignorar absolutamente. Vogamos num meio vasto, sempre incertos e flutuantes, atirados de um lado para o outro. Seja qual for o termo em que nos pensemos fixar e firmar, ele oscila e deixa-nos.

(Pascal, 1998: 37-38)¹

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. albertinog@netcabo.pt

¹ Blaise Pascal figura entre os grandes génios da humanidade. Distinguiu-se, entre outras áreas, na física, na matemática, na lógica, na teologia e na filosofia. Fascinou muitos sociólogos, entre os quais Lucien Goldman (1955) e Henri Lefebvre (1949-1954). Um dos últimos livros de Pierre Bourdieu intitula-se *Meditações Pascalianas* (1998). Esta exposição pretende ser uma homenagem a Pascal, recorrendo, para isso, recorrentemente aos seus *Pensamentos* (1998). Articula, assim, três registos: o mais imediato remete para o objecto, ou seja, a redacção do questionário para inquérito sociológico; o segundo prende-se com o objectivo, o esboço de algumas ilações sobre o ofício de sociólogo; o terceiro convoca Pascal e os seus

Seria tentador começar esta lição² com a constatação de que o inquérito por questionário é habitualmente encarado como uma das ferramentas mais rigorosas e objectivas ao dispor dos sociólogos. A argumentação desenrolar-se-ia, em seguida, como uma desmontagem desta crença do senso comum sábio. Afigura-se-me, porém, que, nos tempos que correm, apenas alguns críticos da técnica do inquérito acreditam em tamanha ingenuidade por parte dos seus mentores e utilizadores. A infalibilidade do inquérito há muito que não é, se é que alguma vez o foi, ponto assente no campo da sociologia, e muito menos na sua prática. As primeiras avaliações críticas remontam ao segundo quartel do século XX e provêm, precisamente, dos seus próprios utilizadores. Ocorrem-me, por exemplo, autores como Paul Lazarsfeld, que empreendeu, nos anos vinte, um estudo sobre os desempregados de Marienthal (1981), ou Samuel Stouffer, responsável, no início dos anos 40, pelo clássico *The American Soldier* (1949).

Muitas críticas iluminadas correm o risco de aturdir os sentidos, não apenas de quem as profere, mas também de quem as adopta, designadamente os aprendizes de Sociologia, induzidos a exorcizar ritualmente uma ferramenta que, peseem os seus defeitos e limites, encerra virtudes e potencialidades, desde que criteriosamente aplicada. Aliás, como todas as ferramentas. É certo que há quem acredite na infalibilidade dos resultados facultados pelos inquéritos. Para esse “efeito de rigor”, concorre toda uma liturgia objectivista, armada de uma parafernália de protocolos, modelos, gráficos, tabelas e números. Mas estes artifícios de cientificidade iludem mais os consumidores do que os produtores de inquéritos.

Para esta lição, decidi optar por uma postura e um propósito que se manifestam, à partida, algo difíceis e até paradoxais. O questionário para inquérito sociológico é uma ferramenta que utilizo há muitos anos, que penso continuar a utilizar, e que não me inibo, em determinados contextos, de advogar e recomendar. Criticá-lo no seu próprio âmago releva de um exercício eivado de reflexividade. A crítica é assim, em larga medida, autocrítica.

O que pretendo demonstrar resume-se ao seguinte: pelas características intrínsecas do inquérito por questionário, os seus resultados comportam sempre um coeficiente desconhecido de incerteza. O rigor é sempre um rigor possível. Atendo-me, nesta argumentação, à redacção do questionário, defendo que esta comporta problemas que não têm equação científica cabal e que constituem, deste modo, aporias. Se não quiser partilhar o destino do asno de Buridan, morto de fome no meio da ponte, o sociólogo, confrontado com semelhantes soluções improváveis, é levado, tal como Pascal perante o *Deus absconditus* (1998: 86), a apostar. A apostar, movido, não apenas por critérios meramente lógicos ou científicos, mas também, e fatalmente, por um gesto de fé. Repare-se, no entanto, que sustentar que durante a redacção de um questionário sobrevêm problemas cuja decisão requer uma aposta não significa, de modo algum, que a competência científica se torna dispensável. Pode não ser suficiente, mas, nem por isso, deixa de ser necessária. Assinale-se,

Pensamentos, que, à semelhança de um coro grego, compassam todo o argumento. O conjunto dispõe-se, fatalmente, como uma tragédia, por sinal, “em três actos”.

² Este artigo corresponde a uma versão da lição apresentada em provas de agregação em Sociologia, na Universidade do Minho, em Junho de 2005.

de passagem, que é tarefa fácil ajuizar se um dado questionário foi ou não redigido por um mestre no ofício, a não ser mais pela profusão de erros técnicos.

Encetemos a argumentação. Diz-nos Pascal que «a última coisa que se acha ao fazer uma obra é saber o que se deve pôr primeiro» (1998: 19). Começemos, pois, por um desvio, a ver se chegamos a algum porto.

Antes de discorrer sobre as aporias e as incertezas inerentes à redacção do questionário, convém interrogarmo-nos, sucintamente e ao jeito de Erving Goffman (1973; 1974), sobre o que se passa quando alguém responde a um questionário.

O preenchimento do questionário releva de uma situação de interacção social que implica um prévio, e na maioria dos casos tácito, “contrato de comunicação”. Importa acordar as regras e os papéis, bem como os objectivos, o quadro, as modalidades e a sequência da acção. Uma vez que a cooperação do entrevistado é incontornável, este precisa de saber: quem lhe pede o quê? Para quê? Porquê a ele? Em que termos?... Por outras palavras, o que pode esperar e a que se compromete. Em conformidade com este “contrato”, que subentende um “princípio de cooperação”, o entrevistado *aceita (cor)responder ao questionário nos moldes em que este lhe é apresentado*. Nesta base, raramente ocorre uma ruptura de comunicação durante o preenchimento do questionário. «Assim (e caricaturando um pouco) poder-se-á dizer que na relação entrevistador-entrevistado, apenas a obtenção da anuência inicial, do “sim” que introduz a cooperação, é importante. O resto, a resposta às perguntas, é uma questão de mecânica... ou quase» (Ghiglione, 1987: 133). O entrevistado tende a adoptar uma postura de adaptação ao questionário, nem que para tal tenha que dispensar algum esforço e socorrer-se de alguma flexibilidade. Ambos, entrevistador e entrevistado, estão empenhados em salvar faces: a própria e a do interlocutor.

Esta configuração da situação de entrevista para inquérito sociológico não levantara problema se o acto de perguntar fosse inócuo. Mas o questionário está sempre imbuído de pressupostos. Cada pergunta propõe, ao entrevistado, um mundo pré-formatado de respostas possíveis. Um mundo arbitrário e relativo. Resulta sempre possível colocar as perguntas de outra feição, cada alternativa facultando espectros distintos de respostas possíveis, logo resultados diversos. Uma pergunta comporta uma “di-visão” (Bourdieu, 1980) particular da realidade. Aberta ou fechada, ela delimita e configura as respostas. Cabe ao entrevistado lidar com estas pré-construções, poupando-as, na medida do possível, a eventuais críticas e desmontagens. Cumpre, assim, o seu papel e, fazendo-o, concorre para um efeito de validação do questionário.

Muitas ferramentas são não só ratificadas mas também rectificadas pela prática, aquando da sua aplicação. Pode nem sempre ser esta a sina do questionário para inquérito sociológico, cuja aplicação pode funcionar, perversamente, como uma caixa de ressonância de erros. Pelo menos, do ponto de vista aqui considerado. E como cada pergunta incorpora um caldo insuspeito de pressupostos, pode não ser líquido destrinçar o que há de nós e o que pertence aos entrevistados nas “suas” respostas. Nesta, como em muitas ocasiões, o rio da incerteza corre fundo dentro de nós. Mas é neste rio que nos banhamos quando promovemos um inquérito.

Que fazer para minorar o problema? Como vimos, não é de esperar que sejam os entrevistados a corrigir as ilusões e as rugosidades do sociólogo. Há quem recomende que este se vigie, se dispa da ganga ideológica, virando sobre si as ferramentas que aplica aos outros (Bourdieu *et al.*, 2002). A contracorrente da ênfase actual nos prodígios desta espécie de auto-sócio-análise, entendo que o sociólogo se aproxima, com maior facilidade e lucidez, da consciência dos seus limites abrindo-se à crítica dos outros do que compenetrando-se numa pretensa reflexividade penitente. A assunção da imperfeição e da opacidade, do autor e da obra, talvez seja um bom ponto de partida, e a perspicácia dos outros, uma óptima companhia.

Acto I: Perversidades da ordem

As palavras dispostas de maneira diferente dão um sentido diferente, e os sentidos dispostos de maneira diferente dão efeitos diferentes.

(Pascal, 1998: 20)

O questionário é composto por sequências de perguntas, de itens e de sentidos, o busílis residindo na evidência pascaliana de que a sua disposição não é isenta de efeitos.

São inúmeros os problemas relativos à ordem das perguntas num questionário. Vamo-nos cingir a apenas dois, ambos elucidativos da impotência do sociólogo em lhes aportar uma solução cabal:

- o efeito de halo, ou de contágio, entre perguntas;
- a sequência das opções de resposta nas questões fechadas.

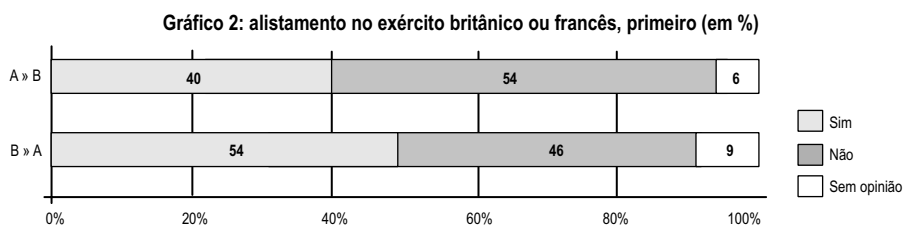
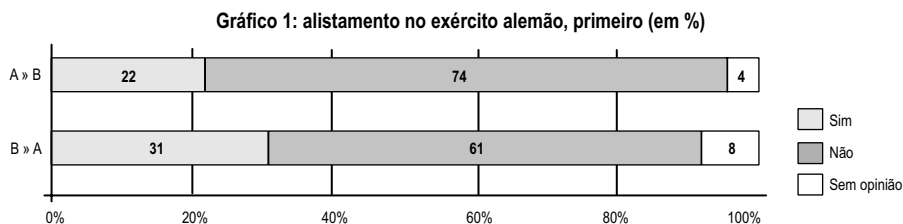
Sabe-se que a resposta a uma pergunta pode ser influenciada pelo rasto das antecedentes ou pela previsão das seguintes. Por vários motivos: lógicos, axiológicos, afectivos, emotivos... Tanto se tem escrito sobre este risco, que dispense demorar-me sobre os seus contornos. Limitar-me-ei a comentar dois ou três exemplos particularmente esclarecedores, para retirar, depois, algumas ilações acerca das contingências da arte de perguntar.

Os autores de questionários preocuparam-se, desde muito cedo, com as implicações do ordenamento das perguntas. Promoveram, inclusivamente, experiências quase replicando a administração de questionários alternativos para comparação dos respectivos resultados. Uma experiência clássica remonta à Segunda Grande Guerra, antes da entrada dos Estados Unidos no conflito (Rugg & Cantril, 1944). O questionário incluía as seguintes perguntas:

A – Pensa que os Estados Unidos devem autorizar os cidadãos americanos a alistar-se no exército alemão?

B – Pensa que os Estados Unidos devem autorizar os cidadãos americanos a alistar-se no exército britânico ou francês?

Comprovou-se que a distribuição das respostas diferia consoante a pergunta que era colocada em primeiro lugar (ver gráficos 1 e 2).



Quando a pergunta respeitante ao exército alemão precede, a proporção de respostas negativas aumenta, independentemente do alistamento considerado: treze pontos percentuais no caso do exército alemão, oito no caso do exército britânico ou francês.

Este é o exemplo de efeito de contágio mais célebre na literatura técnica da Sociologia. Mas podíamos multiplicar os exemplos. Todos alertam para a probabilidade deste efeito entre perguntas ou grupos de perguntas. Sabe-se, ainda, que a sua incidência varia consoante os entrevistados, mormente o seu grau de instrução (Schuman & Presser, 1996: 30-31). Uma complicação adicional a não descurar, uma vez que a maioria dos inquiridos abrange populações heterogéneas.

Que reter deste relance? Existem sempre riscos de contágio num questionário. Os sociólogos conhecem, aliás, vários procedimentos para os contornar ou minimizar. Não se sabe, contudo, ao certo, na redacção de um questionário concreto, onde, como e até que ponto podem sobrevir esses efeitos de contágio. Menos se sabe, ainda, sobre o modo como variam consoante os inquiridos. Nestas circunstâncias, cumpre-nos fazer o possível, e apostar no resto!

Na redacção de um questionário, é preciso ordenar as opções de resposta previstas nas questões fechadas. Também aqui se insinuam efeitos perversos. Na maioria dos casos, a primeira modalidade de resposta a aparecer resulta mais atraente, mas os favores podem recair sobre a última ou sobre a intermédia. Embora com intensidade variável, podem até repartir-se pelas três posições. Uma longa tradição de estudos confirma este leque de tendências.

A atracção pelas opções de resposta que surgem em primeiro lugar parece explicar, por exemplo, o facto «de, questionados sobre o nível de rendimento, os inquiridos tenderem a escolher categorias mais baixas quando o escalonamento é ascendente do que quando é descendente» (Foddy, 1996: 7). Mas esta primazia não constitui uma regra. Os exemplos seguintes mostram-nos quanto o problema é complexo.

No primeiro caso, relativo à obtenção do divórcio (Schuman & Presser, 1996: 65), é a última opção de resposta que resulta beneficiada (ver Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição dos resultados segundo duas sequências alternativas de opções de resposta

VERSÕES DA PERGUNTA	Mais fácil	Mais difícil	Manter-se	Totais (n)
A obtenção do divórcio neste país devia ser <i>mais fácil</i> , ser <i>mais difícil</i> ou <i>manter-se como está</i> ?	22,6	36,2	41,2	464
A obtenção do divórcio neste país devia ser <i>mais fácil</i> , <i>manter-se como está</i> ou <i>ser mais difícil</i> ?	25,6	45,7	28,8	219

Qui2=10,28

p<,01

Fonte: Schuman & Presser, 1996: 65

No segundo caso, respeitante aos problemas do país, não se verifica uma relação significativa entre a posição das opções de resposta e os resultados obtidos. No Quadro 2, as oscilações observadas nas cinco versões (ver caixa) não desenharam um padrão de distorção claro.

Pergunta:

Da seguinte lista, qual é, na sua opinião, o problema mais importante com que se debate actualmente o país?

A – O crime e a violência

B – A subida dos preços

C – A falta de empregos

D – A baixa qualidade dos dirigentes políticos

E – A quebra da moralidade na população em geral. (Schuman & Presser, 1996: 63)

Quadro 2: Distribuição dos resultados segundo cinco sequências alternativas de opções de resposta

Alternativas	Sequência das alternativas				
	ABCDE	BCDEA	CDEAB	DEABC	EABCD
A. O crime e a violência	16,8	14,8	17,8	21,6	25,2
B. A subida dos preços	22,1	28,7	21,2	13,8	15,1
C. A falta de empregos	31,0	29,5	36,4	36,2	31,1
D. A baixa qualidade dos dirigentes políticos	15,9	7,4	10,2	8,6	12,6
E. A quebra da moralidade na população	14,2	19,7	14,4	19,8	16,0
Totais	100,0 (110)	100,0 (120)	100,0 (122)	100,0 (114)	100,0 (124)

Qui2=21,07;

p>,05

Fonte: Schuman & Presser, 1996: 63

Estas experiências alertam-nos para o problema, mas pouco nos ajudam na sua resolução, ou seja, não aliviam as incógnitas associadas à disposição concreta de uma dada pergunta. Resulta alguma opção de resposta inflacionada? Qual ou quais? A primeira, a última, a central? Até que ponto? Com que flutuações consoante as diversas categorias de entrevistados? Tudo indica que isso depende das perguntas, dos itens e dos entrevistados. Quem quiser realizar um inquérito não tem maneira de se furtar a esta valsa de eventualidades³.

Acto II: Medir com palavras

Um mesmo sentido muda consoante as palavras que o exprimem. Os sentidos recebem das palavras a sua dignidade, em vez de lha darem a elas.

(Pascal, 1998: 28)

Um questionário veicula pressupostos e obedece a uma ordem. Mas é, antes de mais, composto por palavras. Um dos propósitos mais originais do inquérito consiste, precisamente, em “medir com palavras” (Juan, 1999: 159). Mas, como sublinha Pascal, nunca se deve subestimar a força das palavras.

A substituição, num questionário, de uma mera palavra ou expressão por outra sinónima ou similar pode acarretar consequências insuspeitas ao nível das respostas. O caso mais comentado refere-se às palavras *proibir* e *permitir*, cujo uso alternativo deveria, logicamente, proporcionar distribuições inversas ao nível dos resultados. Atente-se no seguinte exemplo datado dos anos 1940:

Quadro 3: Resultados de uma experiência com as palavras *proibir* e *permitir* como alternativas

VERSÕES DA PERGUNTA	Sim	Não	Totais
Pensa que os Estados Unidos deviam <i>proibir</i> discursos públicos contra a democracia?	54	46	100
Pensa que os Estados Unidos deviam <i>permitir</i> discursos públicos contra a democracia?	75	25	100

Fonte: Rugg, 1941

É difícil encontrar uma equação lógica para estes resultados: 75% dos inquiridos estimam que os discursos públicos contra a democracia deviam ser permitidos, mas, por outro lado, 54% consideram que deviam ser proibidos! Além da eventual atracção pela resposta positiva (*sim*), há a considerar uma provável reacção alérgica à palavra

³ Para azar dos sociólogos, muitos outros aspectos inerentes à redacção do questionário são fonte de perplexidades homólogas. Por exemplo, a atracção pela resposta positiva, as reacções de conformidade e as respostas de fachada.

proibir. Mas passemos a um segundo exemplo com palavras aparentemente menos conotadas: *sair* e *ficar*. Num estudo sobre as respostas a diferentes formulações de uma pergunta destinada a medir, em 1975, a atitude dos Britânicos face à adesão ao Mercado Comum Europeu, constatou-se que «enquanto a formulação: “Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve sair* do Mercado Comum?” registou uma diferença de 0,2% entre as posições “a favor” e “contra”, a formulação: “Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve ficar* no Mercado Comum?”, a diferença entre respostas “a favor” e “contra” foi de 18,2%» (Foddy, 1996: 5). Neste caso, a discrepância observada poderá derivar de conotações relacionadas com a inércia.

As palavras comportam sentidos e emoções díspares, impossíveis de controlar na íntegra. Como escreve Mikhail Bakhtin (1977: 144), «a multiplicidade de significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra... De outro modo não seria uma palavra... mas tão-somente um sinal». O que nos remete para a tão crucial quanto delicada questão da polissemia. Nesta lição, optei, porém, por não abordar especificamente os desafios e os problemas atinentes à polissemia. Esta justificaria, por si só, uma outra lição. Esta questão não deixa, no entanto, de estar latente no próximo acto.

Acto III: Ao Encontro de Babel

Não somente olhamos as coisas por outros lados, mas com outros olhos. Impossível encontrá-las iguais.

(Pascal, 1998: 63)

Devíamos ter começado, e não acabar, com este terceiro e último acto, dedicado ao problema genérico da linguagem, com certeza o mais decisivo para o assunto que nos (pre)ocupa.

Para Ferdinand de Saussure (1978), o que caracteriza um signo, uma palavra, é o seu valor, que não se define substantivamente, mas pela teia das relações possíveis numa constelação de sentidos. As palavras *time* e tempo não têm, nas respectivas línguas, o mesmo valor. A palavra portuguesa *tempo* engloba as vertentes cronológica e meteorológica enquanto a inglesa *time* só contempla a primeira, a segunda cabendo à palavra *weather*. Saussure sustenta, ainda, que a língua participa na construção da realidade. Assim sendo, línguas diferentes configuram visões do mundo diferentes.

Para Bakhtin, um dos primeiros críticos consequentes de Saussure, as propostas do *Curso de Linguística Geral* padecem de “objectivismo abstracto” e de monologismo (Bakhtine, 1977). A língua não é um sistema fixo e homogéneo, mas um viveiro dinâmico e plural, dialéctico. A polifonia e o plurilinguismo, conceitos propostos por Bakhtin, são realidades constitutivas de qualquer língua, a menos que se trate de uma língua morta. Uma língua alberga várias línguas, vários sociolectos, e uma sociedade abriga uma “pluralidade de mundos” e de visões do mundo (Bakhtine, 1970: 45).

Brincando com o português, à maneira de Mia Couto, pode-se avançar que uma língua permite diversos modos de a “linguajar”, alguns porventura em conflito. O burguês e o operário, o urbano e o rural, o minhoto e o transmontano, embora falando todos português, “não falam todos a mesma língua”. Muda o valor das palavras, bem como a visão do mundo subjacente. O que não deixa de se aplicar, também, às perguntas e às palavras de um questionário.

Um inquérito consiste numa interrogação sistemática a uma amostra de indivíduos com um objectivo de generalização (Ghiglione & Matalon, 1978: 11). Acontece que, na maioria dos casos, a população a estudar é heterogénea, do ponto de vista social e linguístico. Deparamo-nos, nestas condições, com uma missão complicada. A interrogação sistemática exige que se coloque exactamente a mesma pergunta a todos os entrevistados visados. O que requer que cada pergunta, termo a termo e no conjunto, «não somente seja compreendida, mas compreendida por todos da mesma maneira» (Ghiglione & Matalon, 1978: 109). A heterogeneidade linguística da população torna este desígnio pouco provável. Cada entrevistado interpreta as perguntas a seu modo, mediante a linguagem e a visão do mundo que o caracterizam.

Tive o ensejo de comprovar este risco de multiplicidade de interpretações aquando da aplicação de um questionário relativo à opinião dos residentes acerca dos emigrantes (Gonçalves, 1996). Pedia-se aos entrevistados para se pronunciarem sobre o seguinte juízo: “as casas dos emigrantes destoam da paisagem”. Concordou com esta sentença a maioria dos membros das novas classes médias com estudos médios e superiores. Mas também concordou uma parte apreciável dos pequenos patrões, artesãos e comerciantes, o que representava um resultado anómalo, inesperado. Entrevistas posteriores revelaram que se estava, na realidade, perante duas interpretações, por sinal opostas, da mesma pergunta. Os membros das novas classes médias interpretaram a frase tal como tinha sido projectado: as casas dos emigrantes destoam da paisagem porque a descaracterizam, o defeito residindo nas casas e não na paisagem. Por sua vez, os pequenos patrões, artesãos e comerciantes interpretaram-na de uma forma imprevista: as casas dos emigrantes destoam porque “são bonitas demais para paisagens tão feias”, ou porque representam um investimento desproporcionado em relação ao valor dos locais, o defeito deslocando-se, agora, para a paisagem. Mal-entendidos como este não são, desafortunadamente, uma excepção. Só que nem sempre nos damos conta da sua ocorrência.

Quando uma pergunta é interpretada de modo diverso pelos entrevistados, então estes não respondem, de facto, à mesma pergunta, mas a perguntas distintas. Desmorona-se, assim, um dos principais pré-requisitos do inquérito: a interrogação sistemática, ou seja, a exigência de todos responderem às mesmas perguntas. Nestas circunstâncias perde, inclusivamente, algum sentido a categorização posterior das respostas, fatalmente ferida de confusão e desajuste.

Epílogo: A aposta

“Deus existe ou não existe.” Mas para que lado nos vamos inclinar? A razão nada pode determinar. Há um caos infinito que nos separa [de Deus]. Joga-se um jogo no extremo desta distância infinita, onde surgirão cruces ou cunhos. Que apostareis? Pelo raciocínio, não podeis apostar num nem noutro. Pelo raciocínio, não podeis rejeitar nenhum dos dois... Sim, mas é preciso apostar. (Pascal, 1998: 104)

Assim escreve Pascal, confrontado com o problema, insolúvel, da prova da existência de Deus.

Se quisermos continuar a fazer inquéritos, acreditando nas suas potencialidades, também temos que apostar. Quando a ciência e a técnica, a lógica e a razão, não bastam, resta-nos apostar. Somos, deste modo, compelidos a convocar outros coadjuvantes para a decisão, tais como, por exemplo, a experiência e a intuição.

Vários sociólogos, entre os quais Max Weber (1944) e Vilfredo Pareto (1968), procuraram equacionar os contornos não racionais da acção humana. Hoje em dia, apregoa-se a inteligência emocional. Pascal fala do “coração”: «O último passo da razão consiste em reconhecer que há uma infinidade de coisas que a excedem... O coração tem as suas razões que a razão desconhece... É o coração que sente Deus, e não a razão. Eis o que é a fé... Conhecemos a verdade, não somente pela razão, mas ainda pelo coração» (Pascal, 1998: 119-121). Tal como Pascal, incerto perante o Deus escondido, quando nos aventuramos num inquérito e redigimos um questionário, temos frequentemente que apostar, com a razão e o coração, e alguma fé na obra.

Na hora de concluir esta lição, interrogo-me sobre os seus objectivos e as ideias que procurei partilhar. De que constou? Das aporias da redacção do questionário para inquérito sociológico? Dos pensamentos de Pascal? De uma reflexão epistemológica sobre as contingências do ofício de sociólogo? No livro *A Alma e as Formas*, o jovem Georgy Lukacs (1974) define o ensaio como a arte de, a pretexto de um tema, porventura secundário, discorrer sobre o essencial. O propósito do ensaio não radica tanto em dar respostas como em levantar questões, até porque releva mais «de uma maneira de sentir a vida e os seus problemas do que de uma doutrina a propagar» (Goldman, 1959: 250). Talvez esta lição, sob a forma de uma “tragédia”, não tenha passado, clara e deliberadamente, de um ensaio.

Referências bibliográficas

- Bakhtine, M. (1970), *La Poétique de Dostoievski*, Paris, Editions du Seuil.
- Bakhtine, M. (1977), *Le Marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Les Editions de Minuit. Edição original: 1929.
- Bakhtine, M. (1978), *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Éditions Gallimard. Edição original: 1975.
- Bourdieu (1980), “L’identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 35, pp. 63-72.

- Bourdieu, P. (1998), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora. Ed. original: 1997.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. & Passeron, J.-C. (2002), *A Profissão de Sociólogo*, Petrópolis, Vozes. Edição original: 1968.
- Foddy, W. (1996), *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta. Edição original: 1993.
- Ghiglione, R. (1987), «Questionner», in Blanchet, R., Ghiglione, R., Massonnat, J. & Trognon, *Les Techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, pp. 127-182.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1978), *Les Enquêtes sociologiques: Théories et pratiques*, Paris, Armand Colin.
- Goffman, E. (1973), *La Mise en scène de la vie quotidienne: 1. la présentation de soi*, Paris, Minuit, Edição original: 1959.
- Goffman, E. (1974), *Les Rites d'interaction*, Paris, Minuit. Edição original: 1967.
- Goldman, L. (1955), *Le Dieu caché*, Paris, Éditions Gallimard.
- Goldman, L. (1959), *Recherches dialectiques*, Paris, Éditions Gallimard.
- Gonçalves, A. (1996), *Imagens e Clivagens. Os residentes face aos emigrantes*, Porto, Edições Afrontamento.
- Juan, S. (1999), *Méthodes de recherche en sciences sociologiques*, Paris, PUF.
- Lazarsfeld, P. (1970), *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Éditions Gallimard.
- Lazarsfeld, P., Jahoda, M. & Zeisel, H. (1981), *Les Chômeurs de Marienthal*, Paris, Éditions de Minuit. Edição original: 1932.
- Lefebvre, H. (1949-1954), *Pascal*, Paris, Nagel, 2 vols.
- Lukacs, G. (1974), *L'Âme et les formes*, Paris, Éditions Gallimard. Edição original: 1910.
- Pareto, V. (1968), *Traité de sociologie générale. Oeuvres complètes. T. XII*, Genève, Droz. Edição original: 1916.
- Pascal, B. (1998), *Pensamentos*, Mem Martins, Publicações Europa-América. Edição original: 1670.
- Rugg, D. (1941), “Experiments in wording questions II”, *Public Opinion Quarterly*, 5, pp. 91-92.
- Rugg, D. & Cantril, H. (1944), “The wording of questions”, in Cantril, H., *Gauging Public Opinion*, Princeton, Princeton University Press.
- Saussure, F. (1978), *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot. Edição original: 1915.
- Schuman, H. & Presser, S. (1996), *Questions & Answers in Attitude Survey. Experiments on Question Form, Working, and Context*, Thousand Oaks/London/New Delhi, Sage Publications.
- Stouffer, S. A., Schuman, E. A., DeVinney, L. C., Star, S. A. & Williams, R. M. Jr. (eds.) (1949), *The American Soldier: Adjustment during Army Life*, Princeton, Princeton University Press.
- Weber, M. (1944), *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Mexico, Fondo de Cultura Económica. Edição original: 1922.